

**Tabela 19 - Normas Estaduais de Santa Catarina com reflexo na atividade aquícola. As informações referem-se aos atos normativos, suas ementas e a descrição do respectivo assunto normatizado.**

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Aquicultura	Portaria da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural nº 20/SAR, de 10 de agosto de 2009.	Estabelecer medidas sanitárias preventivas para impedir a introdução de enfermidades no território catarinense, gerando prejuízos sócio econômicos aos produtores de camarão marinho de cultivo <i>Litopenaeus Vannamei</i> .	Definir os seguintes procedimentos para, em casos excepcionais autorizar o ingresso no território catarinense dos animais e produtos que trata a presente Portaria, em atendimento à Instrução Normativa Nº 53, de 02 de julho de 2003 e, às instruções para movimentação de animais aquáticos, ambas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: O ingresso de náuplios e pós-larvas será autorizado para laboratório de produção de pós-larvas e fazenda de carcinicultura que apresente estrutura quarentenária, berçário e condições de biossegurança aprovadas pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc. Antes da liberação de cada lote para a finalidade prevista na solicitação de ingresso, as pós-larvas deverão ser submetidas à análise laboratorial para as enfermidades víricas definidas pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, em laboratório de diagnóstico por ela indicado.	Estadual

(continua)

**Tabela 19** (continuação)

<b>Categoria</b>	<b>Ato Normativo</b>	<b>Ementa</b>	<b>Assunto</b>	<b>Abrangência</b>
Crédito	Resolução do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural nº 07/2011/SAR/Cederural.	Altera e revoga a Resolução nº 009/2008/SAR/Cederural, que dispõe sobre os Programas de Fomento à Produção Agropecuária, de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura, Saneamento Rural e Florestal Catarinense.	Considera-se pescador artesanal aquele que exerce de forma autônoma ou em regime de parceria a atividade de pesca como principal fonte de renda, e que se enquadre nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Considera-se aquicultor a pessoa física que se dedica à criação ou multiplicação de animais ou vegetal aquáticos, em ambientes naturais ou artificiais, e que se enquadre nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.	Estadual
			O Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural – FDR é um instrumento de política agrícola estadual, que apoia o desenvolvimento regional. Os valores do FDR serão liberados através dos Programas de Fomento à Produção Agropecuária, de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura, Saneamento Rural e Florestal Catarinense.	
			São beneficiários do Programa de Desenvolvimento da Pesca e Aquicultura e Programa de Saneamento Rural: os pescadores artesanais e aquicultores, suas associações, colônias e cooperativas.	

(continua)

Tabela 19 (continuação)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Sanidade	Portaria da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural nº 17/SAR, de 28 de outubro de 2010.	Regulamenta o Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal no Estado de Santa Catarina que será executado de acordo com o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal no Estado de Santa Catarina.	Aos médicos veterinários habilitados para o Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal compete: inspecionar e reinspecionar os animais de abate, o pescado, o leite, o ovo, o mel, a cera de abelha e seus subprodutos comestíveis e não-comestíveis.	Estadual
	Portaria da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural nº 24/SAR, de 21 de dezembro de 2010.	Institui o Comitê Estadual de Controle Higiênico-Sanitário de Moluscos Bivalves – CECMB.	O CECMB, tem a finalidade de subsidiar tecnicamente a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural para o estabelecimento de procedimentos e atos complementares relativos à qualidade higiênico-sanitária dos moluscos bivalves, visando a proteção das espécies envolvidas e a saúde pública.	

(continua)

**Tabela 19** (continuação)

<b>Categoria</b>	<b>Ato Normativo</b>	<b>Ementa</b>	<b>Assunto</b>	<b>Abrangência</b>
Sanidade	Portaria da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural nº 013/97/GABS/DAS, de 08 de julho de 1997.	Execução do Sistema Estadual de Inspeção Sanitária dos Produtos de Origem Animal.	Entende-se por elaboração em pequena escala, de produtos artesanais comestíveis de origem animal, o processo utilizado na sua fabricação no qual são agregadas substâncias ou características peculiares de natureza tradicional, cultural ou regional. Os limites máximos da produção anual em pequena escala, por estabelecimento processador, para os efeitos desta Portaria, serão observados de acordo com o volume da matéria-prima utilizada: peixes, crustáceos e moluscos: a) 20 toneladas por produtor e b) para grupo, associação ou cooperativa de produtores, o volume máximo da matéria-prima utilizada corresponde ao somatório do volume por produtor, desde que não exceda a cinco vezes o limite definido por produtor.	Estadual
	Portaria da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural nº 026/GABS/SAR, de 25 de novembro de 2003.	Em vista da necessidade de implementar medidas preventivas visando impedir a introdução da enfermidade no território catarinense gerando prejuízos sócio econômicos aos produtores de camarão marinho cultivado.	Estabelece as condições necessárias para a elaboração e comercialização, em pequena escala, de produtos artesanais comestíveis de origem animal em Santa Catarina.  Proibir preventivamente o ingresso no território catarinense de todas as espécies de camarões, em qualquer etapa de seu ciclo biológico e camarões resfriados ou congelados, quando com suas carapaças ou partes delas, procedentes dos estados componentes das regiões norte, nordeste e sudeste do país.	

(continua)

Tabela 19 (conclusão)

Categoria	Ato Normativo	Ementa	Assunto	Abrangência
Sanidade	Portaria da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural nº 37/SAR, de 25 de outubro de 2007.	Estabelecer medidas sanitárias preventivas para impedir a introdução de enfermidades no território catarinense, gerando prejuízos sócio econômicos aos produtores de camarão marinho de cultivo <i>Litopenaeus Vannamei</i> .	Definir os seguintes procedimentos para, em casos excepcionais autorizar o ingresso no território catarinense dos animais e produtos que trata a presente Portaria, em atendimento à Instrução Normativa Nº 53, de 02 de julho de 2003 e, às instruções para movimentação de animais, ambas do MAPA: náuplios e pós-larvas da espécie <i>Litopenaeus Vannamei</i> : a Guia de Trânsito Animal – GTA deverá estar acompanhada de Certificado Sanitário, emitido por médico veterinário oficial ou habilitado pelo SEDESA da Superintendência Federal de Agricultura - SFA de origem, atestando que procedem de estabelecimento onde, nos 60 dias anteriores à saída dos animais, não houve constatação de foco de enfermidades de notificação obrigatória de camarão marinho de cultivo e, que na mesma zona de cultivo não tenha sido constatado caso destas enfermidades nos últimos 90 dias.	Estadual
			Proibir preventivamente o ingresso no território catarinense de espécies de camarão marinho de cultivo, em qualquer etapa de seu ciclo biológico, assim como camarão marinho de cultivo resfriado ou congelado, quando com sua carapaça ou parte dela, procedentes das demais unidades federativas do país.	